



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário PROMULGA a seguinte Emenda à Constituição do Estado:

Artigo Único: Para assegurar o direito de todos a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, incumbe ao Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares:

I. Prevenir e controlar a poluição e os seus efeitos e as formas prejudiciais de erosão;

II. Criar e desenvolver reservas e parques naturais e de recreio;

III. Promover o aproveitamento racional dos recursos naturais, assegurando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica, com o fim de proteger e melhorar a qualidade de vida;

IV. Promover o estudo das ciências naturais.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Apoiamento

Sabino Campos
Rubens Bueno
Caíto Quintana
Sérgio Spada
Márcio Almeida
Artagão Mattos Leão
Nelson Vasconcellos
Luiz Alberto Oliveira

Ezequias Losso
Erondy Silvério
Tuguio Setogutte
Nilso Sguarezi
Tadeu Lúcio Machado
Edgard Pimentel
Paulo Furiatti
Anibal Khury
Irondi Pugliesi
Gabriel Sampaio
Osvaldo Alencar Furtado

JUSTIFICATIVA:

A política de defesa do ambiente de qualquer Estado, cujos poderes públicos trabalham pelo progresso da sociedade que servem, não se compadece com a grave omissão do ordenamento constitucional sobre a tutela do ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população.

Nos limites da competência do Estado, cumpre formular princípios sob a forma de imposição de deveres aos órgãos estaduais, no sentido de obrigá-los a desenvolver medidas de defesa do meio ambiente, evitando sua degradação.

O objetivo é antes e apenas de dotar o Estado de eficiente ação política que proporcione adequada proteção ao ambiente.

Assim, a presente Proposta transforma-se em oportunidade oferecida à Assembléia Legislativa de sanar uma grave lacuna no ordenamento constitucional, daí porque é de esperar a sua aprovação.

Outrossim importante ressaltar a participação na elaboração dessa proposta à Emenda da Constituição Estadual do Professor João José Bigarella, Presidente da ADEA/Nacional bem como da ABPPOLAR/PR.